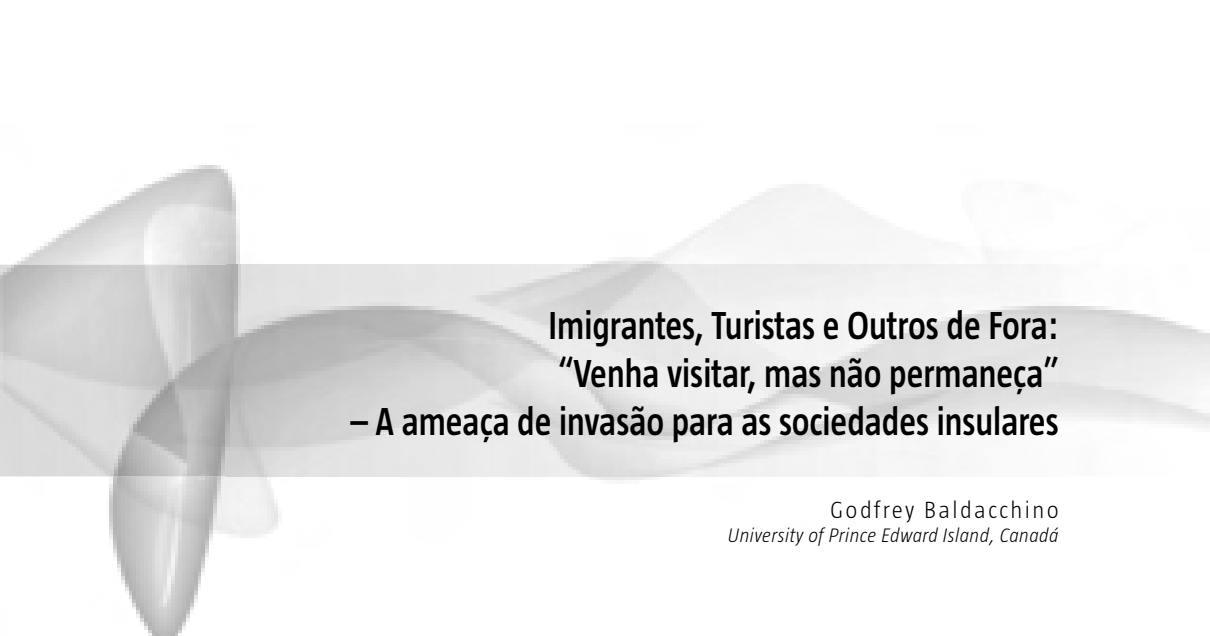




Imigrantes, Turistas e Outros de Fora: “Venha visitar, mas não permaneça” – A ameaça de invasão para as sociedades insulares

Godfrey Baldacchino
University of Prince Edward Island, Canadá

Prólogo

“I’ve built walls.
A fortress deep and mighty.
That none may penetrate.
I have no need of friendship; friendship causes pain.
Its laughter and its loving I disdain.
I am a rock, I am an Island”
(*I am a Rock, I am an Island*, Simon and Garfunkel, 1965).

[Erigi muros.
Uma fortaleza profunda e inexpugnável.
Na qual ninguém entrará.
Não preciso de amizade; pois esta só traz dor.
Desdenho o seu riso e o seu carinho.
Sou uma rocha, sou uma Ilha”]

As ilhas constituem provavelmente a quinta-essência do local turístico, contando-se certamente entre os mais evocativos de entre esses locais (Baum, 1996, 2000; King, 1993; Gössling e Wall, 2007). Incluem-se também entre os destinos mais profundamente penetrados e afectados pelo turismo (McElroy, 2006). Esta ‘penetrabilidade’ é exacerbada pela população reduzida, superfície limitada, reduzido rácio “superfície terrestre/comprimento da linha de costa” e elevada densidade populacional que caracterizam a maior parte das ilhas. Não admira por isso que muitos ilhéus reajam negativamente face ao turismo, ainda que reconheçam que este contribui de forma decisiva para o seu próprio bem-estar (Boissevain, 1996). Significativamente, tanto o ‘índice de irritação’ (ou

“irridex”) introduzido por Doxey (1976) quanto a teoria do turismo enquanto mecanismo de auto-destruição proposta por Holder (1988) resultaram de períodos de trabalho de campo levados a cabo em ilhas das Caraíbas.

A maioria dos ilhéus exhibe uma atitude de tolerância optimista face aos visitantes de curta duração, que consideram acrescentar valor à economia local. Nos últimos anos, devido à crescente popularidade dos cruzeiros turísticos, o significado da expressão “visitantes de curta duração” tem vindo a sofrer alterações, podendo hoje em dia ser definida em termos de horas. Contudo, estes mesmos ilhéus mostram-se muitas vezes desagradados e desconfiados – se não mesmo hostis – para com os residentes de longa duração provenientes do exterior. Por vezes, este último grupo chega a incluir ‘ilhéus retornados’ que subitamente descobrem que se tornaram estranhos na sua própria ilha, sendo tratados de forma distante e desconfiada pelos locais ‘renitentes’ (ver, por exemplo, King e Strachan, 1979). Entram assim em jogo dinâmicas caracterizadas pela reduzida dotação em termos de ‘capital social externo’ (*bridging*) (Woolcock e Narajan, 2000), ou pela presença de ‘laços sociais fracos’ (Granovetter, 1973), que excluem estes visitantes de longa duração, muitas vezes de forma subtil, da plena participação no ‘modo de vida insular’, ao mesmo tempo que actuam como mecanismos tácitos de encorajamento à sua partida para outro local. Os efeitos da gentrificação (Clark *et al.*, 2007; Marjavaara, 2007; Jackson, 2007) e o receio da invasão vêm sobrepor-se a um pré-existente medo do ‘outro’, alimentando esse mesmo medo e dando origem à emergência de tensões entre os ‘locais’, que são ‘de cá’, e os ‘outros’, ‘estranhos’ ou ‘forasteiros’, que são ‘de alhures’ (King e Connell, 1999). Diversos estudos etnográficos que incidiram sobre comunidades insulares, tais como as de Grand Manan Island (em New Brunswick, Canadá) ou Whalsay (nas Ilhas Shetland, Escócia), exemplificam bem este tipo de tensões (Marshall, 1999 e Cohen, 1987).

Este artigo procura examinar e discutir estas dinâmicas, com especial referência aos casos de dois espaços insulares que exibem actualmente atitudes bastante distintas face aos recém-chegados. O primeiro destes espaços tem vindo a adoptar uma estratégia proactiva de imigração, com o objectivo de aumentar a sua população residente; o segundo tem procurado mitigar o afluxo de novos residentes para um território já de si caracterizado por uma densidade populacional extremamente elevada. Trata-se, respectivamente, da Ilha do Príncipe Eduardo – a mais pequena província do Canadá e também a única exclusivamente insular – e do microestado insular mediterrânico de Malta. Assinale-se ainda que, tendo em conta os perigos decorrentes da adopção de uma perspectiva ‘exterior’ e ‘continental’ no contexto dos estudos insulares (Baldacchino, 2008), a selecção destes dois espaços deve-se também ao facto

do autor se encontrar particularmente familiarizado com ambos, tendo passado a maior parte da sua vida num ou no outro.

Introdução: a vida à beira-mar

“... um espaço com duas margens, algures no meio: um espaço de saída que é também um espaço de entrada; um espaço onde as margens imperam” (Denning, 2004: 16).

As áreas costeiras são espaços únicos e poderosos, onde colidem e se combinam entre si diferentes elementos, diferentes histórias e diferentes ecossistemas. Funcionam como membranas permeáveis, através das quais se inter-relacionam três dos elementos fundamentais: terra, água e ar. Exibem frequentemente uma diversidade biológica extraordinária. Finalmente, constituem espaços recheados de possibilidades e surpresas: a chegada de uma carga há muito esperada (Worsley, 1968), a tragédia de um naufrágio, ou simplesmente o rolar na areia de artefactos trazidos pelo mar, que tantas vezes acabam por transformar-se em bibelôs.

As ilhas têm um respeito especial – e um receio especial – em relação às suas costas. É necessário que assim seja. Se exceptuarmos os transportes aéreos, bem como as eventuais ligações fixas (tais como pontes e túneis), a linha de costa constitui o interface físico com o mundo exterior – o espaço de entrada e saída. É aqui, junto à costa, que quase tudo se passa. A costa é o local onde têm lugar as travessias e as transacções. Está na origem da alimentação e do sustento, no caso das sociedades dependentes da pesca e de outros produtos marinhos. É aqui que chegam pessoas e recursos, ao mesmo tempo que partem outras pessoas e outros recursos. É aqui que se faz a história: irrompem epidemias e exércitos, surgem piratas com sede de pilhagem, viajam ideias, chegam e partem costumes e hábitos diversos – mudando as ilhas para todo o sempre. Quanto mais pequena for a ilha e a sua população, tanto mais poderosa é a influência da sua costa e tanto mais determinante é o seu peso na vida dessa mesma ilha.

Yi-Fu Tuan (1990: 247) considera que certos ambientes naturais “... desempenham um papel preponderante nos mundos ideais imaginados pela humanidade: são eles a floresta, a linha de costa, o vale e a ilha”. Por sua vez, estes arquétipos tornam-se ainda mais poderosos quando combinados entre si. Por exemplo, a maior parte da acção da série televisiva *Perdidos* (*Lost*) passa-se numa ilha, junto à costa.

A modernidade transformou muitos espaços costeiros, especialmente no caso das ilhas, em *praias* – em grande medida devido à adição sub-reptícia de um ingrediente adicional: o turismo. A associação entre o turismo e as praias

de areia deu origem a uma vaga de interesse, invasão e investimento nos espaços costeiros insulares *enquanto praias* – incluindo tentativas radicais de transformação da paisagem (por exemplo, através da movimentação de toneladas de areia, da plantação de palmeiras e da destruição de mangais). Ao fazê-lo, os ilhéus conferiram a este interface físico o estatuto de um local à altura dos padrões globais em matéria de lazer, o qual passou a ter de ser oferecido ou partilhado com os visitantes. Por outro lado, os terrenos em redor das praias passaram a ser altamente cobiçados e valorizados e adquiriram um novo potencial para o desenvolvimento de empreendimentos luxuosos, naquilo que constitui uma interessante e irónica inversão face à história económica recente¹. “As enseadas e promontórios que em tempos abrigavam comunidades piscatórias encontram-se hoje em dia ocupadas por segundas residências de veraneio” (Gillis, 2007: 11). Aos ilhéus é frequentemente vedada até mesmo a *vista* da sua própria costa:

“Em resultado da construção insensata e imparável em nome do progresso, revelou-se em toda a sua dimensão trágica a ironia de uma pequena comunidade insular... para a qual a visão do mar em seu redor era o mais valioso dos tesouros e à qual foi gradualmente vedada a possibilidade de *um simples olhar de relance*” (Hutt, 1980: v, ênfase acrescentado).

Os bons, os maus e os vilões

Assim, ao longo dos últimos anos, as praias das ilhas situadas nas latitudes mais quentes sofreram pelo menos três tipos distintos e identificáveis de ‘acrescentos’ aos seus tecidos demográficos.

Em primeiro lugar, os turistas: adoradores do sol, do mar e da areia que deixam os seus países, normalmente mais frios, e se deslocam para as praias para períodos de indolência e *dolce far niente*, durante os quais bebem, comem, eventualmente chapinham ou nadam e em geral procuram não fazer nada a não ser divertir-se, exibindo mais tarde as suas peles bronzeadas como se fossem tatuagens – símbolos de realização transportados no próprio corpo (Wendt, 1996). Deixam-se cativar voluntariamente pela ‘atração das ilhas’ pelas imagens contraditórias de abandono lascivo, entretenimento acelerado, isolamento e intemporalidade que lhes estão associadas (Hoyle e Biagini, 1999;

1 Nas Caraíbas, os colonos europeus valorizavam sobretudo os solos férteis do interior das ilhas, em detrimento dos solos arenosos e menos férteis próximos da costa. As plantações mais valiosas eram as que se situavam no interior. Quando os escravos alcançaram a emancipação no início do século XIX, foi-lhes permitido estabelecerem-se ao longo da costa, uma vez que era aí que se encontravam os solos mais pobres. Com a posterior expansão do turismo e o declínio da produção de açúcar, a situação inverteu-se completamente. Hoje em dia, a maioria dos indígenas tem grande dificuldade em aceder às praias, bem como em adquirir propriedades nas áreas costeiras das suas próprias ilhas. Agradeço a Akhentoolove (Eddie) Corbin, de Barbados, por esta informação.

Péron, 2004: 331; Gössling e Wall, 2007: 429). Colonizam o território das ilhas, reclamando para si as praias, ainda que simbolicamente, com as suas toalhas e chapéus-de-sol – ou, de forma mais danosa, com o seu lixo e os seus resíduos.

Em segundo lugar, temos os residentes de veraneio e aqueles que se estabeleceram recentemente nas ilhas, os quais se instalam (por períodos mais longos) em residências arrendadas, ou adquirem dispendiosas propriedades à beira-mar (com vista para o mar) para usufruto durante os meses de verão ou após a reforma. Nalguns casos, trata-se de ilhéus ‘retornados’, que por vezes mantêm direitos de propriedade (privados ou comunais) sobre terrenos nas respectivas ilhas. Quando assim é, é comum que estes residentes regressados tenham a expectativa de não só regressarem à ilha e concluírem o seu ciclo de mobilidade, como também de participarem activamente na comunidade (*p.e.* Hamilton-Jones, 1992). Unidos por um sentimento algo idealizado em relação à ilha, caracterizam-se por um elevado grau de fidelidade e pelo empenho para com a preservação da sua autenticidade. Constituem autênticos ‘vigilantes’ auto-nomeados do ambiente das suas ilhas e normalmente encontram-se entre os mais tenazes protectores desse mesmo ambiente face aos avanços da modernidade (a qual poderia provocar uma depreciação dos seus investimentos fundiários e residenciais) (*p.e.* Kållgård, 2007).

Em terceiro lugar, e principalmente no caso das ilhas situadas ao longo das linhas de fractura que unem o primeiro mundo seguro e abastado ao mundo em desenvolvimento (em particular, na vizinhança da Europa do Sul, do Sul dos EUA e do Norte da Austrália), encontramos os *indesejados*: requerentes de asilo e migrantes indocumentados, sobreviventes de travessias oceânicas em condições extremamente precárias, em busca de vidas melhores do que as que deixaram para trás, sem saberem ao certo onde se encontram, gratos por estarem vivos, com o nervosismo de quem não sabe bem como se relacionar com o novo ambiente em que se encontram e com as promessas que este encerra.

Todos estes três tipos de ‘actores’ relacionam-se com a praia enquanto “espaço de fluxos” (Castells, 2002). Estão conscientes da transitoriedade da sua presença na praia e da sua ocupação da beira-mar, ao mesmo tempo que procuram tirar o máximo partido desse período transitório. Porém, as semelhanças ficam-se provavelmente por aqui.

De que forma é que a quarta categoria de actores presente no universo insular, que é também possivelmente a mais privilegiada de entre elas, – os próprios *ilhéus*, definidos enquanto tal por si mesmos ou pelos outros – tem reagido face às vagas ‘invasoras’ e às experiências de interacção com os restantes três grupos? Embora a atitude dos locais face aos turistas seja em geral positiva – ainda que por vezes de forma algo relutante –, essa atitude é já mais ambígua

face aos residentes ‘vindos do exterior’ e é seguramente muito mais intolerante, ou até mesmo hostil, face aos imigrantes irregulares.

Naturalmente, a distinção entre estes quatro tipos de actores e as respectivas identidades é bastante problemática, escapando a quaisquer tentativas de categorização hermética.

Problemas de definição

Apesar da sua encantadora simplicidade geográfica, as ilhas são notoriamente difíceis de definir. Uma ilha não é apenas qualquer pedaço de terra rodeado por água, uma vez que é necessário ter em conta limiares mínimos e máximos em termos de dimensão, o efeito das marés e a eventual existência de ligações físicas – aspectos que influenciam necessariamente a legitimidade de qualquer ‘candidatura’ ao estatuto de ilha (*p.e.* Depraetere e Dahl, 2007; Baldacchino, 2007). Por sua vez, a definição de ‘ilhéu’ (no sentido de pessoa ‘local’ de uma determinada ilha) encontra-se permeada por um conjunto ainda maior de ambiguidades. Apesar de serem muitos os que se orgulham de serem “nascidos e criados” na sua ilha, a maioria dos actuais ilhéus é capaz de identificar, entre os seus antepassados, alguns que não o foram². Mesmo antes da vaga de colonização europeia, a vida em muitas ilhas – especialmente as mais pequenas – apenas era possível porque, paradoxalmente, era possível abandoná-las (Newitt, 1992: 11). Por outro lado, a maioria dos ilhéus passa cada vez mais tempo fora da sua ilha – tanto noutras partes do mesmo território insular (no caso dos arquipélagos) como nos respectivos centros metropolitanos e áreas continentais adjacentes –, para onde se deslocam a fim de arranjar emprego, fazerem negócios e compras, frequentarem estabelecimentos de ensino, ou impelidos pelo desejo de aventura, auto-descoberta, fuga, exílio e/ou estabelecimento permanente. A emigração é muitas vezes a única “saída” possível face à intimidade opressiva e totalitária imposta pelo contexto sociocultural local (Baldacchino, 1997). São muito poucos os ilhéus que nunca estiveram ‘no exterior’; e, no caso de muitas ilhas, é bastante significativa a proporção da população que, num qualquer momento, se encontra ausente na metrópole ou no continente (Lowenthal, 1987: 41-43). É por isso que as ilhas (e os ilhéus) “se caracterizam invariavelmente” por uma forte propensão para a emigração (Connell, 2007: 455).

2 Hesito em dizer “**todos** os actuais ilhéus são capazes de identificar, entre os seus antepassados, alguns que não o foram”, uma vez que – apesar do que indicam os indícios arqueológicos – as histórias orais de certos povos indígenas sugerem que estes habitam os seus respectivos espaços insulares “desde o princípio dos tempos”. É o caso dos Mi’kmaq da Ilha do Príncipe Eduardo.

Sabe-se também que os ilhéus apresentam tipicamente uma maior propensão para emigrarem para países desenvolvidos (Connell e King, 1999). Os países não pertencentes à OCDE que, em 2005, tinham uma maior proporção da sua população detentora de qualificações superiores a residir em países da OCDE eram a Guiana, a Jamaica, o Haiti, Trindade e Tobago, Fiji, Angola, Chipre e as Maurícias – dos quais todos menos dois são pequenos estados insulares (*The Economist*, 2005). Para muitos agregados familiares residentes em ilhas, a emigração constitui um recurso estratégico, devido ao compromisso tácito que leva os descendentes emigrados a injectarem remessas – em dinheiro ou em espécie – na economia local. Nalguns casos (como os de Cabo Verde, Filipinas, Samoa ou Tonga), essas remessas assumem um peso muito significativo no produto interno bruto (Ahlburg e Brown, 1998). Mais recentemente, graças à crescente banalização dos transportes aéreos e à facilidade acrescida em atravessar fronteiras em condições de segurança – ainda que com excepções dramáticas –, os fluxos migratórios de e para as ilhas assumiram novas características, uma vez que, cada vez mais, é possível residir em, e ser cidadão de, mais do que um ‘lugar’ ou país. É significativo o facto de mais de 90 países permitirem já a dupla nacionalidade (CBC News, 2006).

Naturalmente, isto implica também que a definição de ‘ilhéu’ tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa. Nalguns casos, o direito ao voto tem sido contestado – nomeadamente, quando este se encontra vinculado à presença física. As histórias de vida dos migrantes oriundos de pequenas ilhas, quando meticolosamente documentadas, revelam um mosaico complexo de vantagens e desvantagens associadas, respectivamente, à presença ‘na ilha’ e ‘no exterior’. Isaac Caines, da ilha caribenha de St. Kitts (cujo perfil se encontra publicado em Richardson, 1983: 54-5); Kawagl, oriundo da Melanésia, no Pacífico Sul (*in* Brookfield, 1972: 167-8); e Marshy, vendedor de rua jamaicano (*in* Wardle, 2002) constituem bons exemplos de indivíduos especialmente dotados de competências ao nível das economias e temporalidades de *gama* (por oposição a *escala*), as quais incluem o empreendedorismo e a especialização flexível, tanto nos respectivos locais de origem como nos de destino. Exemplificam também os conceitos actuais de “nómadas” ou “migrantes transnacionais” – os quais denotam um padrão migratório específico, transfronteiriço e desterritorializado, que põe em causa a temporalidade e espacialidade da ‘origem’ e do ‘destino’ (Duval, 2004; Hatziprokopiou, 2004; Vertovec, 2001), bem como as fronteiras e a soberania dos Estados. Trata-se de indivíduos ‘glocais’ – isto é, simultaneamente globais e locais em termos da sua identidade e actuação (Connell e King, 1999: 2; Jolly, 2001) – que tiram partido simultaneamente das suas *raízes* e das *rotas* que trilharam (Clifford, 1997; DeLoughrey, 2007). Tal como sucede no caso

de numerosos profissionais da economia do conhecimento contemporânea, que se deslocam para onde quer que o trabalho os leve (*p.e.* Ó Riain, 2000), o perímetro da ilha enquanto *lugar* finito é reinventado e reimaginado enquanto *plataforma*, ou *base*, para incursões no mundo exterior. No caso da província canadiana de Terra Nova e Labrador, por exemplo:

“A atracção dos empregos bem pagos em Alberta levou milhares de trabalhadores da Terra Nova e Labrador a efectuarem movimentos migratórios de curta duração (semanas ou meses) de uma província para a outra” (Porter, 2007).

As relações entre ilhéus e visitantes

Tendo em conta tudo o que vimos atrás, é estranho que muitos ilhéus reconheçam as vantagens da mobilidade no seu próprio caso, mas olhem de soslaio para essa mesma mobilidade no caso de terceiros. É estranho que valorizem a sua própria ‘glocalidade’, mas adoptem atitudes fervorosamente nacionalistas ou xenófobas face à ‘glocalidade’ de outros na sua própria ilha. Tal intrusão é vista como uma (nova) invasão: injusta e injustificável, para além de constituir uma ameaça para as fragilidades do território. Tais receios são agravados pelo desconforto em relação à globalização, pela relação de amor-ódio face à abertura cultural e económica que inevitavelmente lhe está associada e pela preocupação relativamente ao impacto do acréscimo do número de residentes no contexto daquilo que é visto como um ‘jogo de soma nula’ ao nível dos recursos.

É por isso que, para regressarmos às quatro categorias de ‘actores’ apresentadas anteriormente, o grupo dos ilhéus recorre a, e consolida, uma mitologia assente na ideia de uma identidade local ‘natural’ e ‘pura’ – ainda que, na prática, possam ser muitas as afinidades relativamente a pelo menos dois dos outros três grupos. Algumas das pessoas que ‘emigram’ a partir da ilha encontram-se na verdade entre as que visitam essa mesma ilha em diversas qualidades – enquanto turistas, reformados ou proprietários de residências secundárias. Tanto os *ex-ilhéus* que entretanto se estabeleceram noutros locais mas continuam a visitar a sua ilha de origem como certos *ilhéus* e *não-ilhéus* que se deslocam periodicamente de um local para o outro são muitas vezes considerados e contabilizados como *turistas* – especialmente quando se comportam como tal. Claro está, estes turistas destacam-se da massa indiferenciada dos restantes: dedicam habitualmente mais tempo a visitar e conviver com os locais, têm em geral mais relutância em consumir ‘produtos’ turísticos e tendem a evitar os hotéis e pensões. Permanecem normalmente por mais tempo e a sua ‘pegada ambiental’ é mais reduzida. Ainda assim, mais cedo ou mais tarde, acabam por

partir. Desde que injectem dinheiro na economia local, a sua presença é tolerável. Na pior das hipóteses, provocam um aumento do preço das casas e terrenos, eventualmente ‘expulsando’ alguns residentes permanentes em resultado da sua procura por residências secundárias ou para depois da reforma. Alguns Estados e territórios insulares (Åland, Malta, Jersey, Bermudas, Galápagos ...) adoptaram por isso legislação destinada a evitar que isso aconteça, ou pelo menos a mitigar os seus efeitos; noutros casos (especialmente no Pacífico Sul), essas dinâmicas são evitadas à partida em virtude da posse comunal das terras.

A definição de ‘turista’ assenta habitualmente na duração relativamente limitada da permanência no país visitado. À medida que essa duração aumenta, os turistas passam a ser vistos como pertencendo a uma outra categoria: a dos recém-chegados, ou ‘forasteiros’ (*‘come from away’*, ou CFA).

É neste ponto que este artigo passa a ilustrar algumas destas dinâmicas através do recurso a exemplos específicos. Como é evidente, a geografia e a história têm o hábito de conspirar de modo a fazer com que diferentes ilhas se caracterizem pela existência de diferentes padrões migratórios. De acordo com a tipologia sugerida por Warrington e Milne (2007), as ilhas de *povoamento* constituem tipicamente locais de adopção de estratégias de repovoamento; as ilhas-*entreposto* funcionam como ímanes para movimentos significativos de circulação de populações diversas; enquanto que as ilhas-*fortaleza* parecem ser as mais bem-sucedidas no que toca à repulsão de novos habitantes. Connell e King (1999: 3), fazendo eco das ideias de Churchill Semple (1911), consideram que as ilhas situadas em pontos de passagem importantes – as chamadas “localizações nodais” – tendem a atrair numerosos imigrantes, podendo por isso confrontar-se com problemas de sobrepovoamento. Analogamente, as ilhas mais isoladas e periféricas tendem a repelir as suas próprias populações, sofrendo por isso frequentemente de problemas de estagnação, envelhecimento ou declínio demográficos.

A análise procede em seguida através do recurso a um exemplo ‘periférico’: a Ilha do Príncipe Eduardo, no Canadá. Em termos oficiais, o estatuto de ‘ilhéu’ depende neste caso de se ter nascido na própria Ilha do Príncipe Eduardo (IPE), não existindo qualquer outra forma de aceder a esse estatuto. Todos os outros são considerados ‘forasteiros’ (CFA). Trata-se de uma prática muito comum na costa atlântica do Canadá, na qual a IPE constitui uma de quatro províncias, bem como em certas partes do nordeste dos EUA, reflectindo um “espírito de clã” que, ainda que não seja deliberadamente malicioso ou exclusivo, tem na prática o efeito de dificultar o estabelecimento e a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

As dificuldades dos imigrantes ao nível da integração na ‘sociedade hospitaleira’ da Ilha do Príncipe Eduardo, Canadá

“O Partido Liberal da Nova Escócia irá no próximo fim-de-semana³ debater a expressão “Forasteiros” (“*Come from Away*”) – utilizada para designar os imigrantes nacionais e internacionais – aquando do seu congresso anual, defendendo uma atitude mais acolhedora e a substituição deste termo há muito utilizado nas Províncias Marítimas do Canadá. ... De acordo com uma das resoluções a apresentar ao congresso anual deste partido, “Os termos ‘Forasteiros’ e ‘CFA’ são eventualmente ofensivos e contrários ao espírito de hospitalidade que é necessário adoptar para atrair e reter novos habitantes na Nova Escócia”” (Mandel, 2008).

A imigração para a Nova Escócia, tal como para as restantes Províncias Atlânticas do Canadá (New Brunswick, Terra Nova e Labrador e Ilha do Príncipe Eduardo, ou IPE) apresenta características bastante especiais. Tal como o resto do Canadá, estas províncias partilham uma fronteira extensa com um único país, os EUA, que raramente ‘exporta’ os seus cidadãos (exceptuando, eventualmente, certos ‘refugiados’ da sociedade hiper-vigiada pós-11 de Setembro). Por outro lado, os acasos da geografia mantêm os imigrantes potenciais oriundos de outros países a uma distância mais do que segura. Para além disso, enquanto o Canadá como um todo recebe anualmente cerca de 250.000 imigrantes, são muito poucos os que têm como destino as Províncias Atlânticas. A maioria dos imigrantes para o Canadá tem-se estabelecido nas chamadas ‘cidades MTV’ – as metrópoles multiculturais de Montreal, Toronto e Vancouver –, ou, mais recentemente, nas florescentes cidades do centro-oeste canadiano. Menos de 3% de toda a imigração para o Canadá tem como destino as Províncias Marítimas e, destes 3%, cerca de metade muda-se mais para oeste ao fim de pouco tempo. A costa atlântica do Canadá encontra-se por isso praticamente intocada pelo fenómeno da imigração. Os novos residentes oriundos das restantes províncias canadianas constituem por isso a esmagadora maioria da imigração; e a ‘cultura única’ branca, anglófona, cristã e heterossexual desta região (ou WACS, acrónimo de ‘*White, Anglophone, Christian, Straight/Heterosexual*’: Baldacchino, 2006: 15, 75) não é praticamente afectada por essa mesma imigração.

Em contrapartida, num processo que tem até reforçado o contexto cultural WACS, a Ilha do Príncipe Eduardo tem vindo a ser cada vez mais procurada por cidadãos dos EUA oriundos da Nova Inglaterra (um estado maioritariamente branco) sem capacidade financeira para adquirir casas de praia no seu próprio estado. Uma mansão de sonho com uma frente marítima de 272 metros foi

3 Refere-se ao fim-de-semana de 8 e 9 de Março de 2008 (Nota do editor).

recentemente vendida na IPE por 229.000 dólares norte-americanos, o equivalia na altura a cerca de 300.000 dólares canadianos ou 200.000 Euros (Tutelian, 2006). É de esperar que o aumento da procura por parte destes consumidores com maior poder de compra exerça um efeito inflacionário sobre o preço das propriedades imobiliárias, especialmente no caso das residências secundárias e das moradias à beira-mar. Cerca de 15% das propriedades com frentes marítimas são já propriedade de estrangeiros, apesar destes últimos estarem sujeitos a uma taxa de imposto imobiliário mais elevada do que sucede com os residentes permanentes.

No outono de 2005, o autor deste texto (ele próprio um ‘CFA’) realizou um inquérito junto de um conjunto de residentes recém-estabelecidos na Ilha do Príncipe Eduardo – entendendo-se por “recém-estabelecidos” aqueles que se haviam mudado para esta província, com o objectivo de aí se estabelecerem, depois de 1998 e antes de 2003. O principal objectivo deste inquérito consistiu em olhar para além das estatísticas anónimas, procurando documentar as histórias de vida e as narrativas das pessoas que haviam decidido mudar-se para a IPE e que aí contavam permanecer ou, pelo contrário, que pretendiam voltar a partir. Ao fim de três meses, uma estratégia de *snowballing* havia permitido identificar 320 respondentes que se mostraram dispostos a completarem um questionário (em papel ou através da internet) ou a serem entrevistados por estudantes de nível pós-graduado que haviam recebido formação específica (Baldacchino, 2006).

‘Novos residentes’ não é, curiosamente, a melhor forma de designar esta amostra. Pelo contrário, a base de dados dos respondentes caracteriza-se pela existência de um conjunto bastante heterogéneo de situações. Para desespero e frustração dos cientistas sociais, os migrantes tendem a constituir uma *categoria móvel e fluida*. Claramente, alguns dos ‘novos residentes’ não manifestaram intenção de continuar a residir na IPE. Outros tinham em tempos vindo para a IPE, haviam entretanto partido para outro local e tinham mais tarde decidido regressar. Outros ainda – especialmente os respondentes de características empreendedoras e rendimentos mais elevados – residiam na província durante um, dois, quatro ou até oito meses por ano, normalmente no verão. Cerca de 11% dos 320 respondentes a este inquérito realizado em 2005 declararam “planear activamente deixar a IPE” (Baldacchino, 2006:7)⁴, embora alguns outros se tenham mostrado dispostos a considerar mudar-se para outros destinos no caso de surgirem oportunidades tentadoras nesse sentido. Trinta e cinco dos

4 Na verdade, a IPE apresenta a segunda mais baixa taxa de retenção de imigrantes não-canadianos entre todas as províncias do Canadá: 51% destes imigrantes deixam a IPE nos dois anos subsequentes à sua chegada. Entre os refugiados, estima-se que esta proporção atinja os 75% (Smith Green and Associates, 2001: 6).

imigrantes recém-estabelecidos inquiridos indicaram os motivos pelos quais estavam a planear deixar a ilha (O questionário não sugeria à partida quaisquer hipóteses de resposta a esta questão).

As respostas, indicadas em baixo, proporcionam algumas indicações interessantes em relação à capacidade de ‘acolhimento e hospitalidade’ demonstrada pela comunidade da Ilha do Príncipe Eduardo (cuja população de 140.000 habitantes ocupa uma área total de 5.660 km²), bem como em relação àquilo que é necessário para que um espaço insular retenha por mais tempo, e em melhores condições, aqueles que tomam a decisão de para lá se mudarem. (Ver Tabela 1):

Tabela 1 – Razões subjacentes à decisão de planear activamente deixar a IPE (número de respondentes: 35). (*Respostas à Questão 22: Planeia activamente deixar a IPE? Se SIM, por que motivo planeia fazê-lo?* Alguns respondentes indicaram mais do que uma razão) (Baldacchino, 2006: 40-1).

Motivos Sociais: A falta de abertura de espírito dos locais e a sua atitude para com os “forasteiros”: 20 respostas.

Motivos Económicos (1): Impostos e custo de vida elevados (incluindo o valor da portagem de acesso à ilha); escassez de empregos adequados (p.e., sazonais); salários relativamente baixos: 16 respostas.

Motivos Económicos (2): Perspectivas de carreira limitadas, dificuldades ao nível da especialização e outras limitações profissionais: 11 respostas.

Motivos Culturais: Reduzida oferta cultural e ausência de multiculturalidade: 3 respostas.

Outros: (cuidados de saúde; educação; seguros; inverno; motivos familiares; não especificado): 10 respostas.

Será talvez surpreendente que, apesar dos motivos económicos estarem em maioria entre as razões subjacentes ao desejo de mudança, a alegada ‘falta de abertura de espírito dos locais’ seja o mais comum de todos os motivos indicados. A sociedade da IPE é habitualmente considerada uma sociedade conservadora e nepotista, na qual a família a que se pertence conta mais do que o mérito e as qualificações objectivas, a privacidade é limitada e os rumores circulam rapidamente. Os imigrantes, na medida em que não se enquadram nesta teia intrincada de relações – a qual constitui parte do ‘equipamento de sobrevivência’ dos ilhéus face à globalização – não têm a possibilidade de, ou autorização para, se integrarem completamente (Será também por isto que muitos deles se vêem compelidos ao auto-emprego?). Os imigrantes consideram-se discriminados e alvo de desconfiança, sentindo também que só são bem-vindos no mercado de trabalho local enquanto ‘trabalhadores temporários’:

A IPE é uma sociedade “muito fechada”, com valores fundamentalistas e muita desconfiança em relação às pessoas que vêm de fora. (Respondente nº 19).

Acho que as pessoas que não são naturais da IPE são olhadas de cima para baixo. Senti isto na pele quando tentei arranjar – e manter – diversos empregos. Vários patrões disseram-me que tinham recebido telefonemas de pessoas a queixarem-se do facto de eles terem contratado um “forasteiro”. (Respondente nº 100).

A IPE não trata as pessoas como indivíduos com qualidades e potencial próprios; trata-as como “sub-categorias” – filha do político A, filho do dirigente do partido B, etc... Por isso, as pessoas que vêm de fora não têm possibilidade de aceder a empregos ou apoios sociais, ou de conquistar a confiança da comunidade. (Respondente nº 134).

Quase não há vida social aqui; as pessoas são em geral corteses, mas a maior parte não quer que se “invada o seu espaço”. Fiz um único amigo entre os locais; todos os outros são de fora. (Respondente nº 166).

Viver numa comunidade pequena implica que as pessoas com interesses e actividades comuns conhecem-se e dão-se umas com as outras. Isto tem algumas consequências positivas, mas também põe em causa a privacidade. Para além disso, este tipo de ambiente social é propício às “fofocas” e às “conversas por trás das costas”, por debaixo de uma cortesia aparente. Será que isto é inevitável no caso de comunidades pequenas e rurais? É especialmente difícil manter o anonimato, mesmo que temporariamente. (Respondente nº 214).

No meu caso pessoal, levei quase oito anos a ser aceite pela comunidade local. Não sei bem porquê, mas nos primeiros três anos que passei na ilha dei-me principalmente com pessoas de fora. Aparentemente, a comunidade local recebe de braços abertos os visitantes que permanecem por pouco tempo, mas tem muitas reservas em relação àqueles que vêm para ficar. (Respondente nº 215).

Cheguei à conclusão que, aqui, as minhas qualificações e competências não valem nada. Para arranjar um emprego no sector da saúde na IPE, o que conta não é “aquilo que sabes”, mas sim “de quem és filho”. Percebi também que a simpatia e a hospitalidade dos locais são só aparentes. Há um grande preconceito em relação às pessoas de fora, que cresce à medida que o tempo passa. Tenho saudades de uma sociedade mais tolerante e multicultural. Talvez por causa de toda a gente se conhecer, parece-me que, especialmente nas áreas rurais, não é possível ter qualquer privacidade: as pessoas entram pela nossa casa a seu bel-prazer e são demasiado curiosas em relação àquilo que eu e a minha família fazemos. (Respondente nº 269).

Embora algumas destas reacções sejam expectáveis, será talvez surpreendente que o ‘espírito de clã’ da comunidade local constitua uma tal barreira à integração e um tal incentivo à partida. (O governo provincial que encomendou o estudo mostrou-se certamente surpreendido e, durante algum tempo, considerou não tornar públicos os resultados do inquérito.) Os ‘forasteiros’ que exibem maior facilidade em se integrarem em áreas periféricas são provavelmente aqueles que nasceram e foram criados neste tipo de região – por mais que possam achar frustrante a “atitude provinciana” e a “resistência à mudança” dos habitantes locais que nunca saíram da sua região. Apesar de serem “desconhecidos” ao

chegarem, é fácil deixarem-se arrastar para o mesmo tipo de comportamento social mesquinho, estéril e opressivo que motivou originalmente o abandono da sua região de origem (*The Economist*, 2003).

Aparentemente, para aqueles que decidem correr o risco de se estabelecerem em áreas periféricas – incluindo um contingente crescente de “refugiados urbanos” (Forsythe, 1980) –, o que é necessário é uma elevada capacidade de ‘acomodação’ face à densidade das redes sociais que caracteriza as sociedades de tipo *gemeinschaft* (comunitário) (Tönnies, 2001). Tipicamente, aqueles que cresceram e sempre viveram no seio deste tipo de comunidades rurais ou insulares quase não se apercebem do seu carácter específico – bem como dos sérios obstáculos que essa especificidade coloca à integração dos “forasteiros”. Nalguns casos, tudo isto leva ao aparecimento de tensões e conflitos ao nível da política local (*p.e.* Cohen, 1987; Marshall, 2003); mais frequentemente, leva a que os recém-chegados, exasperados, façam as malas e se vão embora, reforçando a uniformidade do espaço cultural local. As comunidades periféricas tendem por isso a ser muito mais mono-étnicas e mono-culturais do que as comunidades ‘centrais’, fazendo com que os “estranhos” sobressaiam ainda mais. Por mais que a “forte homogeneidade cultural” (Governo da IPE, 1999: 56) celebre legitimamente a identidade, a história e a cultura específicas de uma determinada comunidade, não há dúvida que também a tornam menos acolhedora e atractiva para aqueles que são diferentes, que são encarados como diferentes e/ou que são tratados como diferentes.

Embora as comunidades insulares possam ser (ou gostem de pensar que são) bastante acolhedoras e hospitaleiras para com os visitantes – especialmente no contexto da indústria turística –, têm também normalmente bastante dificuldade em relacionar-se com esses mesmos visitantes a partir do momento em que estes decidem prolongar a sua estadia indefinidamente.

Imagine-se por isso uma situação em que os ‘visitantes’ provêm de uma cultura completamente diferente, falam uma língua diferente e tencionam permanecer por bastante tempo, na maior parte dos casos sem disporem de recursos capazes de assegurarem o seu próprio sustento.

Malta: catolicismo, xenofobia e intolerância

“Os turistas são recebidos com sorrisos ao desembarcarem dos paquetes de luxo no porto desta idílica ilha mediterrânica. Porém, do outro lado da cidade, a mensagem dirigida aos imigrantes indocumentados africanos acabados de chegar em embarcações precárias é outra, escrita num tom laranja berrante num muro junto à entrada de um centro de refugiados: ‘Pretos Vão-se Embora.’” (Bilefsky, 2006)

Em Abril de 2003, tive ocasião de exprimir o meu ponto de vista em relação aos resultados do referendo, realizado no mês anterior, no qual a população de Malta fora chamada a pronunciar-se sobre a entrada do seu país para a União Europeia. Nesse referendo, cerca de 47% dos malteses pronunciaram-se contra a adesão. Nessa altura, argumentei que a “ameaça de invasão” constituía talvez o principal factor de receio, explicando grande parte da resistência populista à adesão à UE. Devido à reduzida dimensão do país, mesmo um número relativamente pequeno de ‘invasores’ poderia ter um impacto muito significativo. Estes invasores podem assumir pelo menos sete formas diferentes: trabalhadores e indivíduos à procura de emprego; trabalhadores por conta própria; pescadores; produtos estrangeiros; estudantes universitários; detentores de propriedades imobiliárias; e imigrantes indocumentados e requerentes de asilo (Baldacchino, 2003). Em cada um destes casos, o medo de uma ‘invasão’ está associado ao receio da necessidade de partilha de um conjunto finito de recursos (como a terra, a água ou os produtos alimentares), bem como ao risco de perturbação daquela que é considerada uma entidade étnica (*ethnie*⁵) estável e facilmente identificável. Em termos culturais, considera-se habitualmente que Malta é pequena, insular e, conseqüentemente, frágil; que a cultura e língua maltesas são únicas; e que, caso os malteses permitissem que o número de ‘imigrantes’ excedesse o seu próprio número – o que não seria especialmente difícil –, o seu futuro estaria em risco (Spiteri, 2004a). Estes argumentos foram postos em cima da mesa (e em geral tidos em conta) aquando das negociações que antecederam a adesão de Malta à UE, tendo tido como consequência que este país fosse o único, entre os dez abrangidos pelo alargamento de 2004, que conseguiu assegurar uma derrogação permanente das normas comunitárias: o afastamento dos não-residentes da possibilidade de aquisição de residências secundárias no território deste Estado insular (*The Economist*, 2004).

Nos últimos anos, a última das sete ‘ameaças’ acima referidas tem vindo a revelar-se a mais significativa. Como se a pressão demográfica sobre o seu território não fosse já elevada⁶, Malta defronta-se desde há algum tempo com uma ‘nova vulnerabilidade’ (Sammut, 2007): o desembarque de imigrantes indocumentados em fuga da opressão, da guerra, da pobreza e da discriminação e/ou em busca da ‘terra prometida’ europeia. Ao longo do ano de 2005,

5 Este termo, sugerido por Anthony D. Smith, refere-se a qualquer grupo étnico-cultural pré-nacional que preencha os seguintes critérios: existência de uma designação colectiva, de um mito fundador, de uma história comum, de uma ‘cultura específica partilhada’, de uma associação a um território específico e de um sentimento de solidariedade intra-grupal. Ver também Srebnik (2000: 57) e, para o caso específico de Malta, Baldacchino (2002: 198).

6 Com uma população residente de 400.000 habitantes concentrada num território de 316 km², Malta é um dos Estados soberanos com mais elevada densidade populacional em todo o mundo. Acresce a esta pressão o afluxo anual de cerca de 1,2 milhões de turistas.

1.800 imigrantes chegaram a Malta irregularmente – quase todos por barco. Em 2006, verificou-se a chegada de mais 1.780 imigrantes irregulares. Tanto as autoridades maltesas como as agências noticiosas locais rapidamente afirmaram que a situação havia atingido proporções dramáticas: se se procurar por notícias relativas a Malta nos meios de comunicação social internacionais ou através dos motores de busca da internet, a questão da imigração surge repetidamente⁷.

Esta situação é particularmente delicada devido ao facto de poder vir a desestabilizar os equilíbrios políticos vigentes em Malta ao longo das últimas décadas. Embora tenham origem em classes sociais distintas e facilmente identificáveis, os dois principais partidos políticos de Malta – o Partido Nacionalista (PN) e o Partido Trabalhista de Malta (PTM) – têm vindo a convergir e a perder grande parte da sua base ideológica. Enquanto partidos de centro no contexto de uma economia aberta, a sua margem de manobra é limitada, vendo-se obrigados a convergir para atrair os eleitores medianos. Como, para além disso, a diferença entre os resultados eleitorais dos dois partidos é sempre muito escassa, a adopção de alterações políticas radicais tem vindo a tornar-se cada vez menos provável⁸.

O PTM e o PN encontram-se assim tão enraizados na sociedade maltesa que é compreensível que considerem impossível que quaisquer sentimentos pro- ou anti-imigração possam erodir as suas robustas bases de apoio. Porém, esta opção confortável pela inacção tem, desde há algum tempo, vindo a ser posta em causa pela emergência de facções anti-imigração. A *Azzjoni Nazzjonali* (Acção Nacional) – um partido explicitamente xenófobo – concorreu pela primeira vez às eleições legislativas em 2008. Veio juntar-se a outro movimento de extrema-direita, denominado *Imperium Europa* (Império Europa), cujo objectivo declarado consiste em reunir todos os naturais da Europa sob uma única bandeira. Este último foi fundado em 2000 por Norman Lowell – o qual, em Junho de 2004, concorreu às primeiras eleições para o Parlamento Europeu alguma vez realizadas em Malta. Obteve 0,64% dos votos – não muito, mas ainda assim o melhor resultado alcançado em eleições nacionais por um candidato independente desde 1966. “Subitamente, os malteses começaram a perguntar-se ‘Seremos racistas?’ e os jornais gastaram páginas e páginas a discutir os motivos da sua popularidade” (Spiteri, 2004b: 82). Esta mensagem neo-ariana e anti-imigração não teve grande sucesso aquando das últimas eleições

7 Uma compilação de recortes noticiosos sobre esta questão pode ser consultada em: <http://www.maltamedia.com/features/io/2005/08/index.shtml>.

8 Nas eleições legislativas de Março de 2008, o Partido Nacionalista obteve a maioria no Parlamento por apenas um lugar, derrotando o Partido Trabalhista por apenas 1.600 votos, ou 0,5% do total de votos expressos.

legislativas⁹, mas não deixa de ter alguma implantação a nível local e de entrar em choque frontal com o (aparente?) espírito caritativo dominante de índole católica (*ver em baixo*). As mensagens da *Acção Nacional* e do *Império Europa* são assumidamente anti-nacionalistas. Porém, é possível que estejam a fomentar uma vaga nacionalista que tem estado até agora ausente no caso de Malta – um país que, em grande medida, é ainda “um Estado a-nacional” (Baldacchino, 2002).

Num país em que a fidelidade aos partidos políticos supera a fidelidade para com ‘a nação’ e em que o partidarismo domina todos os níveis da administração, a maioria dos malteses assume a religião católica romana enquanto expressão de um nacionalismo cultural elementar, *kitsch* e quase banal. A investigação empírica levada a cabo por Abela (2006: 23-24) sugere que “... o orgulho nacional maltês, a dimensão emocional de uma identidade ancestral maltesa, estão intimamente associados à ligação e adesão populares à igreja e à religião (católicas)”. No entanto, esta adesão emocional não é facilmente extensível a todos quantos não sejam ‘europeus, cristãos e brancos’, verificando-se fortes elementos de intolerância racial e religiosa. Uma sondagem realizada em Agosto de 2005 revelou que mais de 90% dos respondentes não tinham qualquer objecção em relação a ter um europeu como vizinho, mas que uma percentagem equivalente considerava que ter um vizinho árabe ou africano era ‘altamente indesejável’. Para além disso, mais de 75% dos respondentes afirmaram não estarem dispostos a acolher pessoas em fuga da sua terra natal em resultado de perseguição política, guerra, guerra civil, fome ou pobreza generalizada (Vassallo, 2005).

Discussão

“Vêm aí os estranhos” (Denning, 2004: 235)

Hoje em dia, as fortalezas de pedra desta ilha e os seus múltiplos canhões já não procuram manter à distância “as hordas douradas” (Turner, 1975). Pelo contrário, dão as boas-vindas aos visitantes enquanto contribuintes fulcrais para a economia, dada a dependência estrutural desta em relação às receitas externas. Em muitas pequenas economias insulares, a hotelaria e restauração tornou-se o principal sector em termos de emprego. Por sua vez, também os sectores imobiliário e da construção civil têm em muitos casos retirado bastantes vantagens deste novo interesse exógeno por locais periféricos, insulares e de

9 Nas eleições legislativas de Março de 2008, o *Imperium Europa* e o seu único candidato, Norman Lowell, obtiveram 84 votos; a *Acção Nacional* obteve 1.461, correspondentes a 0,53% do número total de votos expressos.

pequena dimensão. Apesar disso, muitos ilhéus têm dificuldade em adaptar-se ao seu novo papel na divisão internacional do trabalho. A sua disponibilidade para retirar dividendos económicos e fiscais contrasta claramente com uma curiosa capacidade para criar espaços invioláveis em termos sociais, culturais e até físicos, nos quais os omnipresentes forasteiros não conseguem penetrar. As línguas e dialectos locais, as redes sociais densas e as estruturas comunitárias de base familiar são apenas algumas das estratégias que promovem o localismo, mesmo quando as ilhas em questão se deixam penetrar profundamente pela indústria turística global e pela sua exigência de ‘nativos sorridentes’ para o sector dos serviços. Os imigrantes indocumentados e os requerentes de asilo com menor capacidade económica e menor influência política – que são vistos como não acrescentando valor à economia local – tornam-se assim bodes expiatórios para o ressentimento dos ilhéus, o qual decorre da sua radical mas inevitável penetrabilidade.

Os argumentos atrás apresentados não pretendem sugerir qualquer tipo de determinismo geográfico. No entanto, é possível postular que a predisposição para erigir este tipo de ‘espaços seguros’, no caso de ilhas apanhadas no turbilhão da globalização, tende a aumentar com a densidade populacional e como função inversa da superfície. Malta é um dos mais pequenos Estados europeus em termos tanto de superfície como de população. Tal como sugerido por Boissevain (2004: 233): “Malta é o Estado mais densamente povoado da Europa. A consciência desta densidade e da reduzida dimensão geográfica é fundamental para entendermos os problemas ambientais com que os malteses se defrontam”. Analogamente – e apesar das diferenças ao nível da escala e da atitude para com os recém-chegados –, a Ilha do Príncipe Eduardo é a mais pequena província do Canadá em termos de superfície e população, bem como a província canadiana com mais elevada densidade populacional.

Conclusão

“Nesta nova era das migrações, a maioria das sociedades industriais avançadas vê-se confrontada com o desafio de identificar um conjunto consistente de respostas para uma das dimensões mais relevantes das migrações internacionais: os seus efeitos a nível local tanto sobre os *autóctones* como sobre os próprios imigrantes (Papademetriou, 2008: 217, ênfase acrescentado)”.

A topografia das ilhas exprime adequadamente as complexas relações que estas encerram entre uma identidade herdada e o gradual afastamento face a essa mesma identidade (Bongie, 1998: 18). Intrínseca e contraditoriamente abertas

e introvertidas, as ilhas encontram-se, por um lado, profundamente *enraizadas* na tradição, no isolamento, na cultura e na história – autênticos locais de refúgio e claustrofobia, nos quais a única fuga possível é o exílio – e, por outro lado, profundamente *ligadas* ao mundo exterior através do comércio, das migrações, do turismo e do afluxo de bens materiais, ideias, práticas e seres vivos. Sem este afluxo, as ilhas, bem como as formas de vida que albergam, simplesmente não conseguiriam sobreviver (Clifford, 1997; Baldacchino, 2004). Ao mesmo tempo que a geografia das ilhas sugere isolamento e insularidade, a história das mesmas remete para contacto e interligação (Warrington e Milne, 2007). Grande parte do ‘nervosismo’ insular tem as suas raízes nesta dependência inelutável – e admitida apenas a custo – face àquilo que está para além do horizonte: o continente, invisível mas sempre presente. Quer habitem ilhas nodais ou periféricas, os ilhéus vêm-se confrontados com a necessidade de se conciliarem com as suas identidades ‘glocais’ (ver Robertson, 1995). As manifestações de xenofobia, o nacionalismo primário, as redes sociais densas, a hospitalidade apenas aparente e até mesmo a invenção da tradição são explicáveis enquanto tentativas de reclamar um espaço que é encarado como frágil e vulnerável face ao risco de invasão e adulteração. Os nativos descobrem-se a si mesmos enquanto comunidade embora, muitas vezes, nada tenham em comum para além da hostilidade e desconfiança (como no caso de Malta), ou do incómodo e desconforto (como no caso da IPE), face ao ‘outro’ – o qual se encontra frequentemente no seu seio (Lingis, 1994). Não admira por isso que os ilhéus sintam um certo nervosismo quando os ‘forasteiros’ não estão apenas de visita, mas vêm para ficar.

“And a rock feels no pain;

And an island never cries”

(*I am a Rock, I am an Island*, Simon and Garfunkel, 1965).

[Pois uma rocha não sente dor;

E uma ilha nunca chora”]

Agradecimentos

Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Conferência Internacional *Connecting Worlds: Emigration, Immigration and Development in Insular Spaces*, que teve lugar em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Portugal, entre 29 e 31 de Maio de 2008. Desejo agradecer a Lucinda Fonseca e à sua equipa, responsáveis pela organização deste evento, bem como a Russell King e Richard G. Bedford pelas suas críticas e sugestões. Naturalmente, aplica-se a habitual cláusula de desresponsabilização face a quaisquer erros ou omissões.

Referências Bibliográficas

- Abela, A. M. (2006), "Shaping a National Identity: Malta in the European Union", *International Journal of Sociology*, 35 (4): 10-27.
- Ahlburg, A. & Brown, R. P. C. (1998), "Migrants' Intentions to Return Home and Capital Transfers: A Study of Tongans and Western Samoans in Australia", *Journal of Development Studies*, 35 (1): 125-151.
- Baldacchino, G. (2008), "Studying Islands: On Whose Terms? Some Epistemological and Methodological Challenges to the Pursuit of Island Studies", *Island Studies Journal*, 3 (1): 37-56.
- Baldacchino, G. (2007), *Bridging Islands: The Impact of Fixed Links*. Charlottetown, Canada: Acorn Press.
- Baldacchino, G. (2006), *Coming to, and Settling on, Prince Edward Island: Stories and Voices: A Report on a Study of Recent Immigrants to PEI*. Charlottetown, UPEI, for the Population Secretariat, Government of Prince Edward Island, 85pp. Disponível em http://www.islandstudies.ca/Settlers_to_PEI/Settlers_to_PEI.pdf.
- Baldacchino, G. (2004), "Island Studies Comes of Age", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95 (3): 272-284.
- Baldacchino, G. (2003), "Our Four Fears", *The Sunday Times*, March 23, p.13 and March 30, p. 36. Malta: Progress Press.
- Baldacchino, G. (2002), "A Nationless State? Malta, National Identity and the European Union", *West European Politics*, 25 (4): 191-206.
- Baldacchino, G. (1997), *Global Tourism and Informal Labour Relations: The Small Scale Syndrome at Work*. London: Mansell.
- Baum, T. G. (1996), "The Fascination of Islands: The Tourist Perspective", in D. Lockhart e D. Drakakis-Smith (Eds.), *Island Tourism: Problems and Perspectives*. London: Pinter. Pp. 21-35.
- Baum, T. G. & et al. (2000), "Tourism and Cold Water Islands in the North Atlantic", in G. Baldacchino e D. Milne (Eds.), *Lessons from the Political Economy of Small Islands: The Resourcefulness of Jurisdiction*. Basingstoke: Macmillan. Pp. 214-229.
- Bilefsky, D. (2006), "Malta fears sinking under Immigrants", *International Herald Tribune*, June 7. Disponível em <http://www.ihb.com/articles/2006/06/06/news/malta.php>.
- Boissevain, J. (2004), "Hotels, Tuna Pens and Civil Society: Contesting the Foreshore in Malta", in J. Boissevain e T. Selywn (Eds.), *Contesting the Foreshore*. Amsterdam: Amsterdam University Press. Pp. 233-260.
- Boissevain, J. (1996), *Coping With Tourists: European Reactions to Mass Tourism*. Oxford: Berghahn Books.
- Bongie, C. (1998), *Islands and Exiles: The Creole Identities of Post/Colonial Literature*. Stanford CA: Stanford University Press.
- Brookfield, H. C. (1972), *Colonialism, Development and Independence: The Case of the Melanesian Islands of the South Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Castells, M. (2002), "The Space of Flows", in I. Susser (Ed.), *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell. Pp. 310-362.
- CBC News (2006), "Immigration: Dual Citizenship", July 20. Disponível em http://www.cbc.ca/news/background/immigration/dual_citizenship.html.
- Churchill Semple, E. (1911), *Influences of the Geographic Environment*. London: Constable.
- Clark, E.; Johnson, K.; Lundholm, E.; Malmberg, G. (2007), "Gentrification and Space Wars", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 483-512.
- Clifford, J. (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late 20th Century*. Harvard MA: Harvard University Press.
- Cohen, A. (1987), *Whalsay: Symbol, Segment and Boundary in a Shetland Island Community*. Manchester: Manchester University Press.
- Connell, J. (2007), "Island Migration", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 455-482.
- Connell, J. & King, R. (1999), "Island Migration in a Changing World", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 1-26.
- Clifford, J. (1997), *Routes: Travel and Translation in the late Twentieth Century*. Harvard MA: Harvard University Press.
- DeLoughrey, E. (2007), *Routes and Roots: Navigating Caribbean and Pacific Island Literatures*. Honolulu HI: University of Hawaii Press.
- Depraetere, C. & Dahl, A. L. (2007), "Island Locations and Classifications", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 57-106.
- Doxey, G. V. (1975), "A Causation Theory of Visitor-resident Irritants: Methodology and Research Inferences", *Proceedings of the Travel Research Association*, 6th Annual Conference, San Diego CA, pp. 195-8.
- Duval, D. T. (2004), "Conceptualizing Return Visits: A Transnational Perspective", in T. Coles e D. Timothy (Eds.), *Tourism, Diasporas and Space: Travels to Promised Lands*. London: Routledge. Pp. 50-61.
- Forsythe, D. E. (1980), "Urban Incomers and Rural Change: the Impact of Migrants from the City on Life in an Orkney Community", *Sociologia Ruralis*, 20 (1): 287-307.
- Gillis, J. R. (2007), "Being Coastal", *California Coast and Ocean*, 23 (1): 10-15.
- Gössling, S. & Wall, G. (2007), "Island Tourism", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Malta and Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 429-454.
- Government of Prince Edward Island (1999), *A Place to Stay?: The Report of the PEI Population Strategy '99 Panel*, Charlottetown, coordinated by the Institute of Island Studies.
- Granovetter, M. (1973), "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.

- Hamilton-Jones, D. (1992), "Problems of Inter-Island Shipping in Archipelagic Small Island Countries: Fiji and the Cook Islands", in H. M. Hintjens e M. D. D. Newitt (Eds.), *The Political Economy of Small Tropical Islands*. Exeter: University of Exeter Press. Pp. 200-222.
- Hatziprokopiou, P. (2004), "Balkan Immigrants in the Greek City of Thessaloniki", *European Urban and Regional Studies*, 11(4): 321-338.
- Holder, J. (1988), "Pattern and Impact of Tourism on the Environment of the Caribbean", *Tourism Management*, 9 (2): 119-127.
- Hoyle, B. & Biagini, E. (1999), *Insularity and Development: International Perspectives on Islands*. London: Pinter.
- Hutt, M. B. (1980), *A Report to CADEC [Christian Action for Development in the Caribbean] on 'Windows to the Sea'*. Bridgetown, Barbados: The Cedar Press.
- Jackson, R. (2007), "Gentrification and Tourism on an Australian Island", *Island Studies Journal*, 1(2): 201-222.
- Jolly, M. (2001), "On the Edge? Deserts, Oceans, Islands", *The Contemporary Pacific*, 13 (2): 417-466.
- Källgård, A. (2007), "Sweden, Islands and Bridges", in G. Baldacchino (Ed.), *Bridging Islands: The Impact of Fixed Links*. Charlottetown, Canada: Acorn Press. Pp. 251-260.
- King, R. (1993), "The Geographical Fascination of Islands", in D. G. Lockhart, D. Drakakis-Smith e J. Schembri (Eds.), *The Development Process in Small Island States*. Oxford: Routledge. Pp. 13-37.
- King, R. & Strachan, A. (1980), "The Effects of Return Migration on a Gozitan Village", *Human Organization*, 39 (2): 175-179.
- Lowenthal, D. (1987), "Social Features", in C. G. Clarke e T. Payne (Eds.), *Politics, Security and Development in Small States*. London: Allen and Unwin. Pp. 26-49.
- Lingis, A. (1994), *The Community of Those Who Have Nothing in Common*. Bloomington IN: Indiana University Press.
- Mandel, C. (2008), "Come From Away' Should Go, Nova Scotia Liberals Suggest", *Times Colonist*, CanWest News Service, March 1. Disponível em <http://www.canada.com/victoriatimescolonist/news/story.html?id=bb7dcc05-9117-4203-885f-7af42fc35be4>.
- Marjavaara, R. (2007), "Route to Destruction? Second Home Tourism in Small Island Communities", *Island Studies Journal*, 2(1): 27-46.
- Marshall, J. (2003), "Tradition and Modernity: Changing Social and Space Relations on Grand Manan", in H. Millward, K. Beesley e B. Illbery (Eds.), *The New Countryside: Geographic Perspectives on Rural Change*. Winnipeg MB: Brandon University Press. Pp. 278-293.
- Marshall, J. (1999), "Insularity, Migration and Modernity on Grand Manan", in R. King e J. Connell (Eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter. Pp. 95-114.
- McElroy, J. L. (2006), "Small Island Tourist Economies across the Life Cycle", *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1): 61-77.
- Newitt, M. D. D. (1992), "Introduction", in H. M. Hintjens e M. D. D. Newitt (Eds.) *The Political Economy of Small Tropical Islands*. Exeter: University of Exeter Press. Pp. 1-17.

- Ó Riain, S. (2000), "Net-Working for a Living: Irish Software Developers in the Global Workplace", in M. Burawoy e *et al.* (Eds.), *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. Berkeley CA: University of California Press. Pp. 175-202.
- Péron, F. (2004), "The Contemporary Lure of the Island", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95 (3): 326-339.
- Porter, S. (2007), "Newfoundland: Population Drop less Steep than Many had Feared", *The Globe and Mail*, March 14th, A7.
- Richardson, B. C. (1983), *Caribbean Migrants: Environmental and Human Survival on St. Kitts and Nevis*. Knoxville TN: University of Tennessee Press.
- Robertson, R. (1995), "Glocalization: Time-Space and Heterogeneity-Homogeneity", in M. Featherstone, S. Lash e R. Robertson (Eds.), *Global Modernities*. London: Sage. Pp. 25-44.
- Sammut, C. (2007), "The Ambiguous Borderline between Human Rights and National Security: Journalists' Dilemmas in their Reportage of Irregular Immigrants in Malta", *Global Media Journal*, Mediterranean Edition, 2 (2). Disponível em <http://globalmedia.emu.edu.tr/spring2007/CarmenSammutWordComplete1.pdf>
- Spiteri, S. (2004a), "Through the Looking Glass, Darkly", *The Times*. Malta: Progress Press, 22nd September. Disponível em <http://www.lostinthought.ws/portfolio/lookingglass.html>.
- Spiteri, S. (2004b), *Treasure Island: A Journey of Self-Discovery with the Help of Asylum Seekers and Refugees in Malta*. Unpublished M.A. dissertation. Cardiff, Wales: School of Journalism, University of Cardiff.
- Srebrnik, H. F. (2000), "Identity: Culture and Confidence in the Global Economy", in G. Baldacchino e D. Milne (Eds.), *Lessons from the Political Economy of Small Islands: the Resourcefulness of Jurisdiction*. Basingstoke: Macmillan. Pp. 56-72.
- The Economist* (2005), "Graduate Emigration". London: The Economist Intelligence Unit, 31st March, p.94. Disponível em www.economist.com/markets/indicators/displaystory.cfm?story_id=E1_PRTSDGR.
- The Economist* (2004), "Smallness Pays". London: The Economist Intelligence Unit, 26th February. Disponível em http://www.economist.com/displayStory.cfm?story_id=2461814.
- The Economist* (2003), "Jamaica: Brain Gain". London: The Economist Intelligence Unit, 8th October, pp. 38, 42. Disponível em http://www.economist.com/world/la/displaystory.cfm?story_id=E1_NTPDGQN.
- Tönnies, F. (2001), *Community and Civil Society*, edited by Jose Harris. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tuan Yi-Fu (1990), *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*, 2nd edition. New York: Columbia University Press.
- Turner, L. (1975), *The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. London: Constable.
- Tutelian, L. (2006), "North to Canada for an Ocean View", *New York Times*, 18 de Agosto. Disponível em <http://travel.nytimes.com/2006/08/18/travel/escapes/18canada.html?pagewanted=print>.
- Vassallo, M. (2005), *A Report on a Study of Racism Prepared for Allied Newspapers Limited*. Valletta, Malta: Progress Press (Não publicado).

- Vertovec, S. (2001), "Transnationalism and Identity", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (4): 573-582.
- Wardle, H. (2002), "Marshy and Friends: Informality, Deformalisation and West Indian Island Experience", *Social Identities*, 8 (2): 255-270.
- Warrington, E. & Milne, D. (2007), "Island History and Governance", in G. Baldacchino (Ed.), *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Luqa, Malta and Charlottetown, Canada: Agenda Academic and Institute of Island Studies. Pp. 379-427.
- Wendt, A. (1996), "Tatauing the Post-colonial Body", *SPAN (Journal of the South Pacific Association for Commonwealth Literature and Language Studies)*, Nos. 42-43 (Abril-Outubro), pp. 15-29.
- Woolcock, M. & Narayan, D. (2000), "Social Capital: Implications for Development and Theory, Research and Policy", *The World Bank Observer*, 15 (2): 225-249.
- Worsley, P. (1968), *The Trumpet Shall Sound: A Study of 'Cargo' Cults in Melanesia*. London: Paladin.